

**RESOLUÇÃO Nº 18/REIT - CEPEX/IFRO, DE 19 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, na Modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Ji-Paraná.*

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.017098/2017-14, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex, durante a 12ª Reunião Ordinária de 16/05/2018;

**RESOLVE:**

**Art. 1º APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, na Modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Ji-Paraná*, anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**UBERLANDO TIBURTINO LEITE**

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 19/06/2018, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0270801** e o código CRC **7EDDCE9C**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 17, DE 09 DE MAIO DE 2018

**PPC TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE EAD- CAMPUS JI-PARANÁ - [LINK - 0270796](#)**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO  
CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO — MODALIDADE A  
DISTÂNCIA  
CAMPUS JI-PARANÁ**

Aprovado pela Resolução nº 18/CEPEX/IFRO/2018

JI-PARANÁ – RO

2017

---

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia  
Reitoria – Telefone: (69) 2182-9601

Av. 7 de Setembro, nº 2090 – Nossa Senhora das Graças – CEP: 76.804-124 – Porto Velho/RO  
E-mail: reitoria@ifro.edu.br / Site: www.ifro.edu.br



---

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**  
**(Portaria nº 207/JIPA, de 18 de outubro de 2017)**

**Servidores:**

Sônia Carla Gravena Cândido da Silva

Ricardo Arnaldo Otto Kich

Silvia Ludimila Chavez Raslan

Geovana da Costa Oliveira

Ana Quiovetti do Nascimento

Rosivani da Costa Oliveira

Marlos Tadeu Alves Hibner

Edivan Carlos da Cunha

Mônica do Carmo Apolinário de Oliveira



## SUMÁRIO

1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	7
<b>1.1.1 Histórico do <i>Campus</i> Ji-Paraná .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1.2 Histórico da EaD no IFRO .....</b>	<b>10</b>
2 APRESENTAÇÃO .....	12
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO .....	12
<b>2.2 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2.1 Pesquisa de demanda .....</b>	<b>13</b>
2.3 OBJETIVOS .....	13
<b>2.3.1 OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>14</b>
<b>3 CONCEPÇÃO CURRICULAR .....</b>	<b>14</b>
3.1 METODOLOGIA .....	14
3.2 MATRIZ CURRICULAR .....	17
3.3 EIXOS FORMADORES .....	19
3.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS .....	20
<b>3.4.1 Critérios de avaliação da aprendizagem .....</b>	<b>20</b>
<b>3.4.2 Promoção, retenção e recuperação .....</b>	<b>21</b>
3.5 PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA .....	22
3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	24
3.7 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	24
3.8 PERFIL DO EGRESSO .....	25
3.9 CERTIFICAÇÃO .....	26
3.10 PÚBLICO-ALVO .....	26
<b>4 REQUISITOS DE FORMAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>5 EQUIPE DE PROFESSORES .....</b>	<b>29</b>
<b>6 APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>30</b>
6.1 CONSELHO DE CLASSE .....	30
6.2 DIRETORIA DE ENSINO .....	30
<b>6.2.1 Departamento de Apoio ao Ensino .....</b>	<b>30</b>
<b>6.2.2 Coordenação de Assistência ao Educando .....</b>	<b>31</b>
<b>6.2.3 Coordenação de Registros Acadêmicos .....</b>	<b>32</b>
<b>6.2.4 Coordenação de Biblioteca .....</b>	<b>32</b>
6.3 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO .....	32



<b>6.3.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade ..</b>	<b>33</b>
<b>6.3.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada .....</b>	<b>33</b>
<b>6.4 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>6.4.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação .....</b>	<b>33</b>
<b>6.4.2 Coordenação de Pós-Graduação .....</b>	<b>34</b>
<b>6.6 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>6.7 SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>7. POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO .....</b>	<b>35</b>
<b>7.1. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>35</b>
<b>7.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>37</b>
<b>7.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>38</b>
<b>7.4 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>7.4.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência física.....</b>	<b>39</b>
<b>7.4.2. Acessibilidade para alunos com deficiência visual .....</b>	<b>40</b>
<b>7.4.3. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva .....</b>	<b>40</b>
<b>7.4.4. Proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista</b>	<b>41</b>
<b>8 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE</b>	<b>41</b>
<b>8.1 SALAS DE AULA .....</b>	<b>41</b>
<b>8.2 BIBLIOTECA .....</b>	<b>42</b>
<b>8.3 AUDITÓRIO .....</b>	<b>42</b>
<b>8.4 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA .....</b>	<b>42</b>
<b>8.5 LABORATÓRIO DE IDIOMAS .....</b>	<b>43</b>
<b>8.7 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....</b>	<b>43</b>
<b>8.8 RECURSOS DE HIPERMÍDIA .....</b>	<b>43</b>
<b>8.9 RECURSOS TECNOLÓGICOS .....</b>	<b>43</b>
<b>10 SISTEMAS DE ATENDIMENTO .....</b>	<b>44</b>
<b>10.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM .....</b>	<b>44</b>
<b>10.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>45</b>
<b>11.1 PLANOS DE DISCIPLINAS.....</b>	<b>45</b>
<b>11.2 PLANOS DE ENSINO .....</b>	<b>46</b>
<b>12 EMBASAMENTO LEGAL.....</b>	<b>46</b>
<b>12.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>46</b>
<b>12.2 NORMATIVAS INTERNAS.....</b>	<b>47</b>



<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO I – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO III – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE .....</b>	<b>61</b>

### **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01 – Matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio.....</b>	<b>18</b>
<b>Quadro 02 – Relação de disciplinas e objetivos para a formação humanística e profissional.....</b>	<b>19</b>
<b>Quadro 03 – Requisitos de formação mínima dos profissionais.....</b>	<b>27</b>



## 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**Nome do IF/Campus:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus Ji-Paraná*;

**CNPJ:** 10.817.343/0002-88.

**Razão Social:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

**Nome fantasia:** IFRO — *Campus Ji-Paraná*

**Esfera administrativa:** Federal

**Endereço:** Rua Rio Amazonas - 151; Bairro: Jardim dos Migrantes.

**CEP:** 76.900-730

**Telefone:** (69) 3421-5045

**E-mail:** campusjipa@ifro.edu.br

**Site da unidade:** www.ifro.edu.br

**Reitor:** Uberlando Tiburtino Leite

**Pró-Reitor de Ensino:** Moisés José Rosa Souza

**Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:** Gilmar Alves Lima Junior

**Pró-Reitora de Extensão:** Maria Goreth Araújo Reis

**Pró-Reitora de Administração:** Jéssica Cristina Pereira Santos

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:** Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

### Corpo Dirigente da Unidade

**Diretor Geral do Campus:** Fernando Antônio Rebouças Sampaio.

**Diretor de Ensino:** Luís Ribeiro Medeiros.

**Diretora de Planejamento e Administração:** Renata Rocha

**Chefe de Departamento de Extensão:** Fernando Ferreira Pinheiro

**Chefe de Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação:** Renato André Zan

**Coordenador do Curso:** Ricardo Arnaldo Otto Kich



## 1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria nº 707, de 09 de junho de 2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008,

que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

- 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena;
- 2011: implantação de Polos de Educação a Distância (EaD) e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Ji-Paraná, temático, para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná;
- 2013: instalação de 12 Polos EaD;
- 2014: expansão de 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades;
- 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim;
- 2017: Início das atividades do *Campus* Jaru.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o ano de 2016, a configuração é esta: uma Reitoria; oito *Campi* implantados (Porto Velho Calama, Ji-Paraná, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e um *Campus* Jaru, que iniciou suas atividades em setembro de 2017; e ampliação do número de Polos de EaD no interior do Estado.

### **1.1.1 Histórico do *Campus* Ji-Paraná**

O município de Ji-Paraná está localizado na região centro-leste do Estado de Rondônia e possui extensão de 6.897 km<sup>2</sup>, o que representa 2,9% da área territorial do Estado. De acordo com estudos da Secretaria de Estado de Planejamento de Rondônia, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) para o município são: Madeira e Móveis e; Pecuária de Corte e Leite. Para Ouro Preto do Oeste, município limítrofe, o APL é Sistema Agroflorestal. No ano de 2007, houve uma visita às instalações da Escola Silvio Gonçalves de Farias para avaliar a estrutura física da escola com vistas à



implantação da Escola Técnica Federal, a qual foi doada com toda a sua infraestrutura para a implantação da Escola Técnica Federal de Educação Tecnológica de Ji-Paraná/RO. Em 2008, foi realizado o Concurso Público para provimento dos cargos para a Unidade de Ensino de Ji-Paraná por meio de prova escrita. Em seguida, houve a realização do Exame de Seleção dos alunos para os cursos técnicos de Móveis na Modalidade Subsequente, Florestas e Informática nas modalidades integrada e subsequente. Em 22 de agosto de 2008, foi nomeado para Direção-Geral Pro Tempore do Campus Ji-Paraná o professor Jorge Luiz dos Santos Cavalcante, o responsável inicial pela implantação do Campus Ji-Paraná. O Campus Ji-Paraná iniciou suas atividades pedagógicas em 02 de março de 2009, com um quadro de 41 servidores, ofertando os cursos, eleitos pela comunidade, na modalidade integral e subsequente ao Ensino Médio. O Instituto Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná, contribui para o desenvolvimento da região através da oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio desde 2009. E foi no mesmo ano, que houve o início das obras de reforma e ampliação do Campus Ji-Paraná e o início o ano letivo. No mesmo ano, por meio de comissão e audiência pública foi definido o Curso de Graduação em Química a ser implantado a partir do ano de 2010. Em 2011, iniciou os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Informática na Educação. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), como Biojoias e Beleza e Estética (Mulheres Mil) foram ofertados a partir de 2012 e a Escola de Conselho e o curso de Design Mobiliário, a partir de 2013. Atualmente o Campus possui 111 profissionais, sendo 66 docentes e 45 técnicos administrativos. O número de alunos atualmente inscritos no Campus é 1382. Dentre os eventos realizados no IFRO/Campus Ji-Paraná, destacam-se: Mostra Cultural (2009 a 2011); IFRO Fest (2012-atual); Day Software (2013-atual); Festa Junina (2012, 2013 e 2015-atual); Dia Internacional do Meio Ambiente (2009 - atual); Todo Mundo Lendo (2013-atual); Mostras da Galeria de Arte (2009 – 2015). As propostas dos Projetos Pedagógicos tem por objetivos, a união da pesquisa, da extensão e do ensino, desde o início do curso, contribuindo para uma aprendizagem associada a realidade da região onde está localizado o Campus Ji-Paraná, situando os alunos nas questões sociais vividas pela população da região, bem como unindo a teoria e prática da profissão nas diversas ações didáticas planejadas pela equipe docente, e preparando o aluno para a pesquisa científica de caráter interdisciplinar e

multidisciplinar, ao mesmo tempo em que preparará profissionais com formação política, filosófica e humana, capazes de atuarem nas situações concretas preconizadas pela sociedade globalizada. Atualmente, o Campus oferece também cursos de Formação Inicial e Continuada, de pós-graduação, inclusive na modalidade a distância, bem como realiza pesquisas e extensão.

### **1.1.2 Histórico da EaD no IFRO**

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD), diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, foi responsável pela implantação, gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO, em 2011, por meio de parcerias firmada com o Instituto Federal do Paraná - IFPR e as prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buritis.

A proposta para o desenvolvimento das ações em educação a distância do IFRO foi estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento; e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). A meta principal é institucionalizar a EaD e desenvolver projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão via satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância em desenvolvimento no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da educação profissional e tecnológica, voltadas ao acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, passou-se a organizar a infraestrutura, com a implantação de programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profuncionário.

Por meio dos recursos da Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial-virtual via satélite. Inicialmente, foi prevista a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis Cursos Técnicos:

Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profuncionário – Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, desenvolveram-se ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio.

Em 2013, já com a DEaD extinta, o *Campus* Porto Velho Zona Norte passa a ser responsável pela oferta de cursos EaD no IFRO, iniciando dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos, e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade, atingindo, de imediato 1.200 alunos em 12 Polos. Estes cursos atendem 12 municípios, em seis *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis Polos (Buritis, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé). Por meio da parceria com o IFPR, o *Campus* passa a ofertar, também, o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Em 2014, o *Campus* Porto Velho Zona Norte ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos Polos – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste e Presidente Médici e no distrito de Extrema. Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hiper mídias e metodologias de atendimento em EaD.

Em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 65 do CONSUP/IFRO, o IFRO reativou a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), ligada diretamente à Reitoria, com a finalidade de planejar, organizar e ampliar as políticas de educação a distância no âmbito do Instituto. A ação gera a possibilidade de institucionalizar a produção de EaD nos *Campi* do IFRO, visando ao fortalecimento e à excelência da oferta de ensino nesta modalidade.

## 2 APRESENTAÇÃO

Os Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio correspondem a uma modalidade de formação técnica com matrícula dupla. O aluno está vinculado a duas instituições: a uma escola da rede pública de educação básica, em que cursa o ensino médio, e ao IFRO, para a formação profissional específica.

Com base nas diretrizes da SETEC/MEC, este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) orienta a formação profissional no IFRO por meio de parceria com instituições de ensino médio, o que demandará alunos aptos a ingressarem neste formato de oferta de curso. A parceria entre ofertante e demandante será baseada na interação e na articulação das atividades pedagógicas, para melhor aproveitamento do aluno.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio será ofertado, no que se refere aos aspectos específicos da modalidade e quanto aos aspectos da formação profissional técnica, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

### 2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

**Nome do curso:** Curso Técnico em Segurança do Trabalho

**Modalidade de oferta:** EaD semipresencial, concomitante ao ensino médio

**Eixo tecnológico:** Segurança

**Habilitação:** Técnico em Segurança do Trabalho

**Carga horária:** 1400 horas

**Forma de ingresso:** Convênio com a Rede Estadual de Educação de Rondônia

**Distribuição de vagas:** 40 vagas

**Turno:** vespertino (40 vagas)

**Campus sede:** Ji-Paraná

**Regime de matrícula:** modular/semestral

**Prazo de integralização do curso:** no mínimo, três e, no máximo, seis semestres.

### 2.2 JUSTIFICATIVA

O curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino Médio do *Campus* Ji-Paraná, surge através do programa MedioTec EaD, que tem como proposta

o fortalecimento das políticas de educação profissional mediante a convergência das ações de fomento e execução, de produção pedagógica e de assistência técnica, para a oferta da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação a Distância pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), articulada de forma concomitante, mediante convênios de intercomplementaridade, com as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), buscando parceria com o setor produtivo.

## **2.2.1 Pesquisa de demanda**

O MedioTec EaD será executado em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), e tem, dentre outros objetivos, o de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. As vagas dessa nova ação do Pronatec foram definidas a partir do mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as necessidades futuras. Para a oferta do Curso de Segurança do Trabalho a demandante Rede Pública Estadual de Educação, mapeou as demandas de formação técnica com dados sobre as oportunidades reais de inserção, por município, e as aptidões formativas necessárias para atendê-las. A oferta do curso está dentro do universo mapeado, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e a demanda.

## **2.3 OBJETIVOS**

### **2.3.1 Objetivo geral**

Oferecer educação profissional técnica de nível médio em segurança do trabalho, na modalidade concomitante aos beneficiários do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - Pronatec conforme apresentação da instituição demandante, SEDUC.

### 2.3.2 Objetivos específicos

- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Aplicar as Normas Regulamentadoras no Ambiente Laboral;
- Avaliar os Riscos Ambientais;
- Acompanhar o desenvolvimento de Programas Ambientais;
- Desenvolver treinamentos de Segurança de Saúde do Trabalhador nas Empresas;
- Fomentar a cultura de prevenção e saúde no trabalho.

## 3 CONCEPÇÃO CURRICULAR

### 3.1 METODOLOGIA

Em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, especialmente o art. 6º, a proposta metodológica deve primar pela articulação entre a formação geral e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante.

O desenvolvimento do currículo buscará metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário estabelecer uma relação intensiva entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Para efetivar um processo educativo que atenda a estes propósitos em curto prazo, com prevalência da justa qualidade e da conservação do currículo articulado, inclusive com as demandas das tecnologias, o *Campus* Ji-Paraná oferecerá a educação a distância na perspectiva da intensidade da relação entre conceito e prática.

Nos termos do art. 1º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, a educação a distância caracteriza-se como mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem; ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos; promove a amplificação de habilidades e competências de seletividade, criatividade, proatividade, pois:

A educação a distância com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação flexibiliza as relações entre tempo e espaço, propicia interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, amplia o acesso às informações hipermidiáticas continuamente atualizadas, emprega mecanismos de busca e seleção de informações, permite o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorece a mediação pedagógica em processos síncronos e assíncronos, cria espaços de representação e produção de conhecimento (ALMEIDA, 2003, p.65).

Estes recursos são plenamente confirmados com a utilização do AVA, que expande a prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber. O uso dos recursos de comunicação, providos pelas diversas mídias (impressa, em vídeo ou digital), potencializa o processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo e ampliando a recepção sensorial do aluno, para assim facilitar a apreensão dos conteúdos e permitir a construção do conhecimento, em espaços de tempo e lugares mais adequados às exigências de disponibilidade do educando.

No *Campus* Ji-Paraná do IFRO, a metodologia dos cursos é desenvolvida no modelo presencial-virtual, baseado na educação interativa, significativa e flexível com uso de recursos tecnológicos como suporte.

O processo educativo consiste na perspectiva sociointeracionista e na autoaprendizagem: a partir das orientações do curso em momento presencial, o aluno conduz o seu próprio processo de aprendizagem, tendo como base estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências, além da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O AVA é criado na plataforma *Moodle* e destina-se aos cursos a distância e às atividades complementares e de extensão. Possui, como suporte, o Técnico de Apoio Administrativo em Tecnologia da Informação, além do acompanhamento dos professores.

A plataforma agrupa as ferramentas de interação e realização das atividades de percurso, tais como fóruns, tarefas, chats, questionários e todas as demais, disponíveis no AVA, propostas para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiências práticas ao longo do processo de formação. Somam-se ao processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância – vídeos, animações, simulações, links, atividades interativas com professores, tutores e alunos, biblioteca virtual e conteúdo da web –, os quais possibilitam aos cursistas desenvolver a autonomia da aprendizagem, facilitar a busca por informações e construir conhecimentos.

Portanto, a modalidade de educação a distância é assim composta:

- a) **Aulas presenciais:** durante as aulas presenciais os professores expõem e discutem os conteúdos das disciplinas, com o suporte do material didático. Os docentes conduzem e orientam os alunos nesse processo, com esclarecimentos complementares; neste modelo, há, ainda, uma avaliação presencial.
- b) **Estudos a distância:** os estudos a distância apoiam-se em atividades complementares – as atividades de percurso.
- c) **Atividades de percurso:** são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina, as quais visam à complementação dos estudos.

O currículo do curso caracteriza-se como expressão coletiva, e deve ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar. Qualquer alteração deverá ser feita sempre que forem verificadas, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, de acordo com o previsto na Resolução nº 42, de 29 de setembro de 2010 do IFRO.



### 3.2 MATRIZ CURRICULAR

Nos termos do art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, para a estruturação dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, deve-se considerar:

- I - A matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;
- II - O núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social.

A matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio atende às normativas legais, observa as diretrizes do eixo tecnológico Segurança, está estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e está pautada na análise de conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas à equalização e à unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

- a) Núcleo profissionalizante:** este núcleo é composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, conforme determinam a legislação e a modalidade. As disciplinas deste núcleo agregam à formação dos alunos, de forma interdisciplinar, os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As competências a serem desenvolvidas pelos alunos estão relacionadas a uma atuação de forma criativa, ética, empreendedora, com consciência e responsabilidade nos processos e métodos laborais de segurança do trabalho.
- b) Núcleo complementar:** estrutura-se com vistas ao desenvolvimento da formação geral, que possa favorecer o aprimoramento profissional e mostrar a amplitude do trabalho do Técnico em Segurança do Trabalho na área de conhecimento Segurança. A matriz curricular apresentada a seguir demonstra a sistematização e a ordenação modular de oferta das disciplinas.

**Quadro 01 – Matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio**

<b>CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>							
<b>CAMPUS JI-PARANÁ</b>							
Matriz aprovada pela Resolução nº 18/CEPEX/IFRO/2018							
Organização conforme a LDB nº 9.394/96, art. 36, e a Resolução CNE/CBE nº 6/2012							
Duração da aula: 50 minutos							
Períodos/ módulos/ etapas <sup>1</sup>		Disciplinas	Semanas letivas	Número de aulas		TOTAL Hora- aula	TOTAL Hora- relógio
				Presencial	EaD		
<b>PRIMEIRO MÓDULO</b>	E1	Ambientação para EaD	2	8	32	40	33,3
	E2	Informática	4	8	32	40	33,3
		Orientação para Pesquisa e Prática Profissional		8	32	40	33,3
	E3	Segurança do Trabalho I	6	12	48	60	50,0
		Saúde Ocupacional I		12	48	60	50,0
	E4	Estatística Aplicada	4	8	32	40	33,3
		Inglês Instrumental		8	32	40	33,3
	E5	Prevenção e Controle de Riscos	8	16	64	80	67,0
		Segurança do Trabalho II		16	64	80	67,0
	<b>Subtotal 1</b>			<b>24</b>	<b>96</b>	<b>384</b>	<b>480</b>
<b>SEGUNDO MÓDULO</b>	E1	Ergonomia	8	16	64	80	67,0
		Prevenção e Combate a Incêndios		16	64	80	67,0
	E2	Processos Industriais	4	8	32	40	33,3
		Psicologia		8	32	40	33,3
	E3	Legislação I	6	12	48	60	50,0
		Saúde Ocupacional II		12	48	60	50,0
	E4	Administração	6	12	48	60	50,0
		Primeiros Socorros		12	48	60	50,0
<b>Subtotal 2</b>			<b>24</b>	<b>96</b>	<b>384</b>	<b>480</b>	<b>400</b>
<b>TERCEIRO MÓDULO</b>	E1	Higiene Ocupacional I	6	12	48	60	50,0
		Legislação II		12	48	60	50,0
	E2	Higiene Ocupacional II	6	12	48	60	50,0
		Desenho		12	48	60	50,0
	E3	Ética e Cidadania	4	8	32	40	33,3
		Prevenção e Controle de Perdas		8	32	40	33,3
	E4	Prevenção e Combate à Sinistro	8	16	64	80	67,0
Meio Ambiente		16		64	80	67,0	
<b>Subtotal 3</b>			<b>24</b>	<b>96</b>	<b>384</b>	<b>480</b>	<b>400</b>
<b>Total</b>			<b>72</b>	<b>288</b>	<b>1152</b>	<b>1440</b>	<b>1200</b>

Núcleo complementar	Prática Profissional Supervisionada	100	83,3
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>		<b>1540</b>	<b>1283,3</b>

Fonte: IFRO (2017)

### 3.3 EIXOS FORMADORES

O curso se compõe de eixos temáticos definidos pelas diretrizes nacionais da educação e pela própria natureza da formação, conforme o quadro a seguir:

Eixo	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Instrumentalização e desenvolvimento de competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Informática
		Psicologia
		Processos Industriais
		Estatística Aplicada
		Primeiros Socorros
		Ética e Cidadania
		Inglês
		Administração
Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos da profissão	Normatização da ação humana coletiva e responsável do técnico em segurança do Trabalho.	Orientação para a Pesquisa e Prática
		Legislação I
		Meio Ambiente
		Saúde Ocupacional I
		Segurança do Trabalho I
		Ergonomia
Ação e produção: sustentabilidade da prática profissional do técnico em Segurança do trabalho.	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade.	Higiene Ocupacional I
		Segurança do Trabalho II
		Saúde Ocupacional II
		Prevenção e Combate a Incêndios.
		Prevenção e Controle de Riscos
		Legislação II
		Segurança do Trabalho II
Saúde Ocupacional II		
Prática profissional	Sistematização do aprendizado.	Estágio
		Trabalho de Conclusão de Curso.
Atividades transcendentais	A amplitude do trabalho educativo junto a sociedade rondoniense	Estágios, visitas técnicas, jogos, mostras, Seminários, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

**Quadro 02 – Relação de disciplinas e objetivos para a formação humanística e profissional**

Fonte: IFRO (2017)



### 3.4 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

O aproveitamento consiste na prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em um ou mais componentes curriculares, com resultado suficiente para aprovação atestada por instituições de ensino reconhecidas.

O aproveitamento de estudos pode acontecer de acordo com a oferta dos cursos, de forma parcial ou total, com atenção aos requisitos de integralização dos conteúdos e da carga horária, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e do IFRO, conforme as orientações contidas no ROA do IFRO.

A certificação do conhecimento deverá ser feita também com base no que fora previamente consignado na Resolução n.09/2018/CONSUP/IFRO, conforme o que se segue:

Entende-se por Certificação de Conhecimentos a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho ou ambientes de simulação, a fim de alcançar dispensa de disciplina (s) integrante (s) da matriz curricular de cursos técnicos de nível médio e de graduação, nos termos deste Regulamento, por meio de aprovação em avaliação a ser aplicada pelo IFRO (IFRO, 2018).

#### 3.4.1 Critérios de avaliação da aprendizagem

A avaliação no IFRO é vista como um processo contínuo e abrangente, que considera o aluno em sua integralidade; o objetivo é manter a coerência com a ideia de formação de um profissional que tenha a dimensão de seu papel social e a consciência da função social da instituição/empresa em que atua.

A avaliação é entendida como parte inerente ao processo de ensino e seus resultados devem servir para orientar a aprendizagem, cumprindo uma função eminentemente educacional; pauta-se na concepção formativa de um profissional pleno e com competências técnicas e tecnológicas para atuar nas diversas áreas relativas ao curso.

Para a modalidade EaD, o Decreto nº 5.622/2005, em seu art. 4º, estabelece:

A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I - Cumprimento das atividades programadas;



II - Realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno; contempla uma avaliação escrita presencial e atividades de percurso, com a utilização do AVA. As atividades de percurso são avaliações (fórum, tarefa, questionário e outras estratégias) indicadas pelos professores, postadas no ambiente e desenvolvidas durante a disciplina, com vistas ao enriquecimento e à integralização dos estudos.

Os percentuais da avaliação e das atividades de percurso estão assim distribuídos na composição da nota final em cada disciplina: as atividades de percurso, no AVA, correspondem a 40% da nota final; já a avaliação escrita presencial corresponde a 60%.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no ROA do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação.

### **3.4.2 Promoção, retenção e recuperação**

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção e recuperação estão contidos no ROA do IFRO. Serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

- a)** Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;

- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussões em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
- d) Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

### 3.5 PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A Prática Profissional Supervisionada no Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio tem caráter obrigatório e consiste em um dos meios para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. É um procedimento didático-pedagógico, que contextualiza os saberes apreendidos, relaciona teoria e prática e viabiliza ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico profissional, atrelado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

A Prática Profissional Supervisionada deve ser iniciada quando o aluno houver concluído 25% do curso e encerrar-se até o prazo final de integralização curricular; o tempo de realização da prática será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

Este projeto prevê a possibilidade de realizar as seguintes práticas profissionais: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso (TCC), aluno empresário ou trabalhador ou atuação em programas de aprendizagem, como o Jovem Aprendiz. Esta variedade de práticas profissionais amplia, significativamente, as chances de os discentes concluírem o curso com o devido desenvolvimento de habilidades e competências na área de Segurança do Trabalho.

- a) **Estágio supervisionado:** as atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação,



acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso – neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa nº 07 de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio devem ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados Resolução nº 79/2016/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no ROA do IFRO.

- b) Trabalho de conclusão de curso (TCC):** o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso; consiste numa alternativa prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno apresentará um projeto de pesquisa voltado à resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico sob a supervisão e orientação de seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.
- c) Empresário ou trabalhador:** os estudantes empresários ou trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho, requerer aproveitamento das atividades desenvolvidas no trabalho para contemplar a carga horária de Prática Profissional Supervisionada equivalente. Para isso, deverão ser realizadas todas as etapas conforme as normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.
- d) Programas de aprendizagem (como Jovem Aprendiz):** os estudantes podem realizar a prática profissional por meio da atuação em programas de aprendizagem, tais como Jovem Aprendiz. É necessário apresentar o contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da Carteira de Trabalho e Previdência Social em que constem a identificação pessoal e o vínculo

empregatício e, ainda, documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas, conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

### 3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aos alunos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, haverá a oportunidade de participar de diversas atividades extracurriculares do curso, tais como:

- a)** Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
- b)** Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c)** Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d)** Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
- e)** Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f)** Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

### 3.7 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio do IFRO está em consonância com as diretrizes estabelecidas nas normativas e nos referenciais pedagógicos da instituição. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos

alunos deste curso os levará a compreender e influenciar o desenvolvimento local e regional, e ter condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, além de poder prestar o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserirem.

A concepção de educação profissional técnica e tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional técnica e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas de ensino dialogam, efetivamente, com as políticas sociais e econômicas e com as tecnologias de informação e comunicação, privilegiando aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalhará a superação das dicotomias ciência/tecnologia e teoria/prática, concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão como estratégias de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, as equipes pedagógica e administrativa organizarão suas ações de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades com a comunidade e a prestação de serviços; em suma, incentivar a participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração.

### 3.8 PERFIL DO EGRESSO

O profissional concluinte do Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, oferecido pelo IFRO deve apresentar um perfil de egresso que o habilite a desempenhar atividades voltadas para Prevenção e Combate aos Acidentes de Trabalho.

Esse profissional deverá demonstrar as capacidades de:

- a. Analisar os métodos e os processos laborais;
- b. Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;

- c. Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos;
- d. Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa;
- e. Promover programas, eventos e capacitações;
- f. Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;
- g. Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;
- h. Levantar e utiliza dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações prevencionista;
- i. Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

### 3.9 CERTIFICAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares do curso, será conferido ao egresso o diploma de **Técnico em Segurança do Trabalho**. Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas no curso, com aproveitamento – conforme determinam o art. 7º do Decreto nº 5.154/2004, o art. 38 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e o Regulamento de Emissão de Certificados e Diplomas do IFRO (2012).

### 3.10 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso Técnico em Segurança do Trabalho será composto pelos alunos que concluíram o Ensino Fundamental, que estejam regularmente matriculados no Ensino Médio e que tenham sido selecionados em processo seletivo especial conforme critérios estabelecidos pelo demandante.

Os principais beneficiários deste curso técnico são, além dos alunos, as empresas e profissionais da área que poderão contar com mão de obra qualificada e competente para a realização de um trabalho seguro e eficaz.

O perfil dos alunos será traçado por meio de um questionário socioeconômico, preenchido durante o processo de seleção ou no momento do ingresso. Caberá ao Campus elaborar e aplicar o questionário (ou participar de sua elaboração e aplicação), bem como sistematizar e divulgar os dados de pesquisa as instâncias superiores do

Campus, a fim de oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas de melhoria do acesso e permanência dos alunos no IFRO.

Deverão ser defendidos os mecanismos de democratização do acesso e permanência no Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, a fim de que se ampliem as condições de concorrência dos candidatos.

#### 4 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

**Quadro 03 – Requisitos de formação mínima dos profissionais**

Nº	Disciplina	Formação mínima exigida
1	Ambientação em EaD	Graduação em Informática, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, graduações afins, ou graduação com especialização em educação à distância.
2	Informática	Graduação em Informática, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, graduações afins.
3	Orientação para Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área do conhecimento desde que tenha cursado a disciplina de Metodologia Científica/Instrumentalização Científica.
4	Saúde Ocupacional I	Graduação em Medicina, Enfermagem ou Fisioterapia.
5	Segurança do Trabalho I	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidos de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
6	Processos Industriais	Graduação em Engenharia de produção, Engenharia de Segurança



		do Trabalho ou Engenharias, acrescidas de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
7	Psicologia	Graduação em Psicologia, ou áreas afins acrescidas de especialização em psicologia.
8	Estatística Aplicada	Graduação em Estatística ou Matemática.
9	Inglês	Graduação/Licenciatura em Letras-Inglês.
10	Segurança do Trabalho II	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidas de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
11	Prevenção e Combate a Incêndios	Graduação em Engenharia de Incêndio, Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidas de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
12	Legislação I	Graduação em Direito.
13	Saúde Ocupacional II	Graduação em Medicina, Enfermagem ou Fisioterapia.
14	Ergonomia	Graduação em Medicina, Enfermagem ou Fisioterapia.
15	Prevenção e Controle de Riscos	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidas de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
16	Administração	Graduação em Administração ou Ciências Contábeis com especialização em administração.
17	Primeiros Socorros	Graduação em Medicina, Enfermagem ou Fisioterapia.
18	Higiene Ocupacional I	Graduação em Engenharia de Incêndio, Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidas de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.



19	Legislação II	Graduação em Direito.
20	Higiene Ocupacional II	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidos de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
21	Desenho	Graduação em Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo ou Engenharias.
22	Ética e Cidadania	Graduação em Sociologia, Filosofia, Serviço Social, Pedagogia ou Direito.
23	Prevenção e Controle de Perdas	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidos de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
24	Prevenção e Combate à Sinistro	Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Engenharias, Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo, acrescidos de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
25	Meio Ambiente	Graduação em Engenharia Ambiental, Biologia, Engenharia Agrônômica ou Gestão Ambiental.

Fonte: IFRO (2017)

## 5 EQUIPE DE PROFESSORES

A seleção de docentes para atuar no curso dar-se-á a partir da publicação de processos seletivos lançados pelo *Campus* para atendimento aos programas dos quais o IFRO participa, a exemplo do Pronatec. Poderão participar das seleções professores do IFRO e profissionais da comunidade em geral, conforme editais específicos. A convocação será realizada de acordo com a ordem de classificação e necessidade do *Campus*, tendo em vista as regulamentações específicas de políticas, programas e projetos da Rede Federal de Educação.



## 6 APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O *Campus* organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

### 6.1 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral de *Campus*, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento desse Conselho estão previstas em regulamento próprio.

### 6.2 DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

#### 6.2.1 Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino

profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

## 6.2.2 Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do *Campus*, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Assistência ao Educando conta, ainda, com serviços específicos:

- **Serviço social:** presta atendimento às necessidades das classes sociais na garantia dos seus direitos; planeja, acompanha e avalia os programas de assistência estudantil; elabora estudos/diagnósticos socioeconômicos; presta atendimento social aos estudantes; faz os devidos encaminhamentos aos serviços socioassistenciais;
- **Serviço de psicologia:** presta acompanhamento psicológico inicial individual e/ou grupal aos discentes; contribui na formulação, implantação e avaliação de intervenções pedagógicas na comunidade escolar; desenvolve trabalhos nas áreas de orientação vocacional/profissional, palestras e oficinas temáticas voltadas à saúde;
- **Serviço de orientação:** realiza orientação ao aluno em relação a rendimento, aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da instituição e outros princípios voltados ao bom desenvolvimento dos estudos, bem como realiza os devidos encaminhamentos aos profissionais da equipe multiprofissional, quando necessário;
- **Serviço de enfermagem:** desenvolve ações relacionadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde por meio de atividades de educação em saúde (palestras, orientações individuais e coletivas, projetos de extensão); realiza

atendimentos individuais no ambulatório de enfermagem; presta atendimentos às eventuais emergências e realiza o devido encaminhamento aos serviços especializados;

- **Assistentes de aluno:** intermedeiam a comunicação de forma ágil, eficiente e integrada entre os alunos e os diversos setores e profissionais administrativos e/ou docentes do *Campus*; assistem e orientam os alunos nos aspectos comportamentais e disciplinares, conforme regulamentos institucionais; encaminham os alunos ao atendimento com os especialistas da coordenação quando necessário.

### 6.2.3 Coordenação de Registros Acadêmicos

Registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

### 6.2.4 Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

## 6.3 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de

projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

### **6.3.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade**

Cumprir as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolver planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanhar egressos por meio de projetos de integração permanente; construir bancos de dados de formandos e egressos; fazer as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções.

### **6.3.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada**

Articular a elaboração, acompanhar a execução e avaliar os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

## **6.4 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

### **6.4.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação**

Trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

#### 6.4.2 Coordenação de Pós-Graduação

Trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *Campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

#### 6.6 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de instrumentos especiais às pessoas com necessidades específicas (órgãos, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição); desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

#### 6.7 SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

É um setor que trabalha pela automação e pelo desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), entre outros programas, sistemas e processos.

## 7. POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO

### 7.1. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem, conforme seu art. 2º,

Invocar os direitos e as liberdades proclamados nesta declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

A partir de então, desencadeou-se um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos – como cartas, tratados e pactos – foram criados para garantir e ampliar os já existentes em muitos países.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do art. 5º da Constituição está escrito que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.



Com o objetivo de minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e fomentar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, os Ministérios da Educação e da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cujos objetivos gerais são:

- a) Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) Balizar a elaboração, implementação, 88 monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Rondônia, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2018), no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 – e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – conforme o disposto na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que, a cada dia, o tema torna-se mais frequente nas discussões de comitês, comissões e conselhos, constituídos para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, optativas ou como conteúdo de outras disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Rondônia – cuja pretensão, nos próximos anos, é ampliar as discussões para poder contribuir, mais intensivamente, com a formação humanista da sociedade na qual se insere e atua como agente de transformação social.

## 7.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, denominamos grupos de minorias.

Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO – com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais – vem desenvolvendo políticas denominadas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional:

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, aos pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do IFRO, isso não é diferente; apesar de sua jovialidade, o Instituto tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *Campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, promovendo, assim, o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, inciso IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

### 7.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A política de educação ambiental no âmbito do IFRO visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além da oferta de disciplinas que tratam da sustentabilidade e dos conteúdos transversais, abordados nas demais disciplinas de formação geral, o Instituto estimulará a implantação de projetos e programas relacionados ao tema, a fim de consolidar uma política ambiental capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e



conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Rondônia.

Como norte para sua política de educação ambiental interna, o IFRO se servirá do que preconiza o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que evoca, especialmente, cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e interdisciplinaridade;
- b) Descentralização espacial e institucional;
- c) Sustentabilidade socioambiental;
- d) Democracia e participação social;
- e) Aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

#### 7.4 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O *Campus* Ji-Paraná norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal nº 10.098/2000, para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, em construções e reformas de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do IFRO, em todos os *Campi*, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

##### **7.4.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência física**

O *Campus* Ji-Paraná do IFRO adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida – inclusive salas de aula,

biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamento e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal nº 10.098/2000 e ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o *Campus* Ji-Paraná dispõe de:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deve-se cumprir o estabelecido na NBR 9050/2004 da ABNT e na legislação aplicável.

#### **7.4.2. Acessibilidade para alunos com deficiência visual**

O *Campus* Ji-Paraná está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade aos alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e a aprendizagem a todos os alunos.

#### **7.4.3. Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva**

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos 30 anos, porém, observa-se uma mudança substancial numa longa trajetória, cujos episódios vão desde o aniquilamento e o isolamento em instituições específicas – muitas vezes, consideradas depósitos – até à conquista de direitos assegurados por documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, havia 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representaria, à época, 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo, que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, é o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, assim como o art. 18 da Lei Federal nº 10.098/2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível construir novos sentidos para o trabalho da educação no campo da diferença, a partir do momento em que se compreende a educação como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus Ji-Paraná* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

#### **7.4.4. Proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**

Com fundamento no disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu NAPNE, prestará a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

## **8 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS E DE SUPORTE**

O *Campus* dispõe de ambientes necessários ao bom desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, adequados ao acesso, à permanência e à continuidade dos estudos do aluno na instituição.

### **8.1 SALAS DE AULA**

As salas de aula da EaD devem ter boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído. Além disso, as salas devem estar estruturadas com carteiras escolares; uma mesa orgânica com gavetas; uma TV ou projetor multimídia; uma poltrona giratória com braços; um quadro branco e um kit de recepção via satélite (opcional). No caso da utilização de teleaulas, a sala deve apresentar condições técnicas adequadas à recepção das aulas e à transmissão dos questionamentos dos alunos via internet.

## 8.2 BIBLIOTECA

O *Campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo um espaço com três computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

## 8.3 AUDITÓRIO

O *Campus* possui um auditório com capacidade para 140 lugares, com cadeiras estofadas, um palco que comporta uma bancada com sete cadeiras e microfones de mesa, sistema de som, recursos multimídia, ambiente refrigerado, iluminação adequada e camarim.

## 8.4 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Haverá, pelo menos, um laboratório de informática disponível ao curso, composto por computadores com softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

Requisitos mínimos do laboratório no Polo:

- 20 computadores conectados à internet;
- Nobreaks adequados para o bom funcionamento dos equipamentos;
- Softwares: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados, etc. – preferencialmente livres.

## 8.5 LABORATÓRIO DE IDIOMAS

Laboratório estruturado para o ensino das operações básicas da computação – sistema operacional, suíte de escritório, navegação na internet – e softwares específicos para o ensino de língua estrangeira moderna e da língua portuguesa.

## 8.7 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O *Campus* possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

## 8.8 RECURSOS DE HIPERMÍDIA

Há os seguintes recursos de hipermídia no *Campus*: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, salas de EaD, impressoras, scanners entre outras aquisições que serão realizadas.

## 8.9 RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis à realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada importantíssima para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD, que precisa contar com redes informáticas internas, telefones e outros.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Assim, a oferta do curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante conta com um Ambiente Virtual de Aprendizagem e um Sistema Acadêmico-Administrativo.



## 10 SISTEMAS DE ATENDIMENTO

### 10.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O aluno contará com Ambiente Virtual de Aprendizagem, por meio do qual serão viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, às ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2003, p. 331) afirma que

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso; é uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem.

O AVA do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio auxilia no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio – como fóruns, chats, envio de tarefas, glossário, quiz, atividades off-line, vídeos e links.

O AVA do *Campus* Ji-Paraná é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos.

As principais estratégias a serem empregadas no curso envolvem o uso de vídeos, teleaulas, material impresso, correio eletrônico e do AVA. No que se refere às ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, serão utilizados:

- a) **Fórum:** de tópico único, com questão relevante para a compreensão do(s) tema(s) tratado(s), permite a discussão e o aprofundamento do conteúdo de forma coletiva;
- b) **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha;

- c) **Envio de tarefas:** caracteriza-se pelo envio de um arquivo ao ambiente, que pode ser texto, planilha, apresentação, vídeo, imagem, etc.;
- d) **Glossário:** possibilita a pesquisa e a construção do significado de diversos termos desconhecidos, de cunho mais específico ou palavras técnicas;
- e) **Lição:** atividade constituída de textos e questionários;
- f) **Atividade off-line:** avaliação presencial realizada ao final da disciplina (obrigatória).

## 10.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

As informações acadêmicas, registros de conteúdos ministrados, frequências de alunos, notas e outras informações úteis ao bom andamento e registro legal do ensino ofertado, serão gerenciadas pelo SIGA-EDU e Sistema de Gestão Acadêmica do IFRO. O docente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o aluno, por sua vez, tem acesso à essas informações pelo Portal do aluno, recentemente implantado.

## 11 PLANEJAMENTO DE ENSINO

O planejamento de ensino constitui uma dimensão essencial e prioritária na prática docente; envolve o plano de ensino a ser elaborado a partir dos planos de disciplina e instrumentais que nortearão as atividades didático-pedagógicas, por meio da utilização do AVA, como apoio às aulas presenciais.

### 11.1 PLANOS DE DISCIPLINAS

Os planos de disciplinas (que constam no APÊNDICE) são indicadores prévios para o planejamento completo dos professores em sua área disciplinar; especificam a ementa, carga horária e referências imprescindíveis para a formação dos cursistas.

## 11.2 PLANOS DE ENSINO

Os professores desenvolverão um plano de ensino por disciplina, envolvendo todos os eventos (aula, atividades complementares, exposição de vídeo, etc.) previstos nas disciplinas que ministrarão, a partir das concepções educacionais do IFRO, dos princípios estabelecidos neste projeto, das metodologias trabalhadas na preparação para EaD e do ROA do IFRO. O planejamento inclui a modelagem, que consiste na previsão e na preparação de instrumentais e atividades a serem aplicadas.

Além de conter a previsão e o detalhamento das atividades de ensino e aprendizagem, o plano de ensino orienta a utilização do AVA. Todos os planos deverão ser entregues, de forma antecipada, no início das disciplinas, conforme agendamento da Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho. O plano de ensino por disciplina será construído pelos professores, com orientação da Diretoria de Ensino e suporte da Supervisão Pedagógica e Coordenação de Curso, considerando todos os instrumentos utilizados no AVA, conforme determinações do ROA e outros indicadores adotados pelo *Campus*.

## 12 EMBASAMENTO LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

### 12.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

- a)** Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016);
- b)** Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
- c)** Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
- d)** Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e)** Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;



- f) Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- g) Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- h) Resolução CNE/CEB nº 06/2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

## 12.2 NORMATIVAS INTERNAS

- a) Regimento Geral – Resolução nº 65/CONSUP/IFRO;
- b) Regimento Interno do *Campus*;
- c) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- d) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- e) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- f) Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos – Resolução Nº 97, de 30 de dezembro de 2016;
- g) Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 09 de abril de 2013.

Outras legislações e documentos devem ser considerados para o desenvolvimento do curso, a fim de uma prática mais segura e orientada.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA M. Elizabeth B. **Educação a distância na internet**: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem in Educação e Pesquisa. v. 29 n. 2. São Paulo, FE/USP, jul-dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008a**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: [http://www.dept.cefetmg.br/galerias/arquivos\\_download/RESOLUCOES\\_CEPT/2014/CATALOGO\\_2014.pdf](http://www.dept.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/RESOLUCOES_CEPT/2014/CATALOGO_2014.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865). 2007>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



\_\_\_\_\_. **Segurança do Trabalho:** o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE. **PIB Municípios (2005-2009).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Resolução nº 06/CONSUP, de 18 de janeiro de 2016. Porto Velho: IFRO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório PAER.** Pesquisa de Atividade Econômica Regional para a Instalação do *Campus* Ji-Paraná. Porto Velho: IFRO, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de Elaboração ou Reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos e de Graduação.** Resolução nº 97/2016/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016. Porto Velho: IFRO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de Certificação de Conhecimentos para Dispensa de Disciplinas.** RESOLUÇÃO Nº 9/REIT - CONSUP/IFRO, DE 05 DE JANEIRO DE 2018. Porto Velho/RO, 2018.

PINNAR, William. **O Que é a teoria do currículo?** Porto: Porto Editora, 2007.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE:** Rondônia 2005. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/\\$File/NT000360DA.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/$File/NT000360DA.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

## ANEXO I – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Ambientação em EAD		<b>Código da Disciplina:</b> 01
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 40	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Desenvolver as habilidades necessárias para iniciar os estudos com metodologia EAD.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Desenvolver habilidades para organizar e progredir seus estudos com autonomia e eficiência, a partir dos conhecimentos básicos em Educação a Distância.		
<b>Ementa:</b>		
Conhecimentos básicos da EaD aplicados ao projeto: conceitos, concepção, resumo histórico, benefícios, vantagens, legislação e principais atores. O ambiente virtual de aprendizagem, suas ferramentas e possibilidades de uso. O processo de ensino e aprendizagem virtual: aprendizagem colaborativa, interação e interatividade. Especificidades do estudo a distância: organização dos estudos e gerenciamento do tempo. Características do aluno virtual. Como desenvolver a autonomia intelectual por meio da pesquisa e comunicação. O processo de comunicação no mundo virtual: dicas e regras.		
<b>Referências básicas:</b>		
LITTO, Frederic M. FORMIGA, Marcos M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MAIA, Carmem e MATTAR, João. ABC da EaD. São Paulo. Editora Pearson, 2008. BELLONI, Maria Luisa. Educação a Distância. Campinas, Autores Associados, 2006.		
<b>Referências complementares:</b>		
ALONSO, Kátia Morosov. A avaliação e a avaliação na educação a distância: algumas notas para reflexão. Curitiba: IBPEX, 2002. (Coleção Educação a Distância, n.5). BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.		



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Informática		<b>Código da Disciplina:</b> 02
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 34	<b>CH Prática:</b> 06
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Capacitar o aluno com uma base tecnológica em informática para que tenha conhecimento das terminologias básicas de Informática.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Capacitar o aluno com o funcionamento básico do computador e os componentes que o cercam.		
<b>Ementa:</b>		
Conhecimento para uso das ferramentas oferecidas pela escola, noções gerais de Informática, Internet, bem como ferramentas para confecção de textos e apresentações.		
<b>Referências básicas:</b>		
Loureiro, César Augusto H. Informática Básica. Porto Alegre: IFRS - Campus Porto Alegre, 2008. Fernandes, Alexandre. Excel 2002: para usuários de Office. São Paulo; Brasport, 2001. Silva, Mario Gomes da. Informática: terminologia básica - Microsoft Windows XP - Microsoft Office Word 2003. 2. ed. São Paulo: Érica, 2006.		
<b>Referências complementares:</b>		
Kraynak, Joe. Microsoft Office 2000 para Leigos Passo a Passo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 1999. Manzano, Jose Augusto Navarro Garcia. Estudo Dirigido de Excel 2000. São Paulo: Érica, 2001. Mink, Carlos. Microsoft Office 2000. São Paulo: Makron Books, 1999.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Orientação para Pesquisa e Prática Profissional		<b>Código da Disciplina:</b> 03
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 40	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Instruções sobre a prática profissional na realização do estágio.		
<b>Ementa:</b>		
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio		
<b>Referências básicas:</b>		
ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Paraná: Juruá, 2012. LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.		
<b>Referências complementares:</b>		
AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. São Paulo: Manole, 2013. BRASIL. Presidência da República. Lei 11.788/2008. Brasília, 2008. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo:		



Pearson, 2007.  
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Segurança do Trabalho I		<b>Código da Disciplina:</b> 04
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 52	<b>CH Prática:</b> 08
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Capacitar iniciativas através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.		
<b>Ementa:</b>		
A história da Segurança do Trabalho; Estudo das Normas Regulamentadoras n.º 01 / 02 / 03, 04, 05 e 06; Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos.		
<b>Referências básicas:</b>		
PAULINO, Naray Jesimar Aparecida; MENEZES, João Salvador Reis. O acidente do trabalho: perguntas e respostas. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2003. 205 p.		
PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: LTr, 2005. 7v. Segurança e medicina do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
<b>Referências complementares:</b>		
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p.		
GARDIN, Eduardo Oliveira. Alerta de perigo. São Paulo: LTr, 2001. 340 p. MATSUO, Myrian. Acidentado do trabalho: reabilitação ou exclusão? São Paulo: Fundacentro, 2002. 238 p.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Saúde Ocupacional I		<b>Código da Disciplina:</b> 05
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 52	<b>CH Prática:</b> 08
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 15.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Elucidar que os trabalhadores expostos a agentes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, acima dos limites de tolerância, podem desenvolver alguma patologia do trabalho relacionada à exposição sistemática.		
<b>Ementa:</b>		
Saúde e doença; Condicionantes e determinantes do processo de saúde e doença; Pessoas Portadoras de Deficiência e o trabalho; Programa promoção da saúde do trabalhador; Saúde alimentar; Educação para a saúde; Doenças ocupacionais; Saúde do Trabalhador rural; PCMSO; Noções de epidemiologia; Introdução à toxicologia ocupacional; Acidentes domésticos.		



**Referências básicas:**

Manual de Procedimentos para os serviços de saúde. Doenças relacionadas ao Trabalho. Ministério da Saúde do Brasil, 2001. SENAC editora. Primeiros socorros. São Paulo. 2000. VIERIA, Sebastião Ivone. Medicina básica do trabalho. Genesis editora. Curitiba, 1994.

**Referências complementares:**

BORTOLOTTI, Fábio. Manual do socorrista. Porto Alegre: Expansão Editorial, 2008.  
BURGESS, William. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Ergo Editora. Belo Horizonte. 1997.  
LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Estatística Aplicada

**Código da Disciplina:** 06

**CH Total:** 40

**CH Teórica:** 40

**CH Prática:** 00

**CH Presencial:** 08

**CH EaD:** 32

**Objetivo Geral:**

Contribuir para a formação de profissionais capacitados a utilizar os conhecimentos da estatística aplicada à Segurança do Trabalho para compreender e transformar o contexto sócio-político do seu meio.

**Objetivos Específicos:**

Entender as relações entre ciência, tecnologia e sociedade;  
Orientar escolhas e decisões, em valores e procedimentos, visando o desenvolvimento e aplicações de tecnologias relacionadas à prevenção de acidentes e à qualidade de vida do trabalhador.

**Ementa:**

População e Amostra; Séries Estatísticas; Gráficos Estatísticos; Testes de hipóteses; Distribuição de Frequência; Medidas de Tendência Central; Medidas de Variabilidade; Medidas de Assimetria; Noções de Probabilidade; Distribuição de Probabilidades; Correlação e Regressão Linear.

**Referências básicas:**

BUSSAB, W.O. MORETTIN, P.A. Estatística Básica, 5ªed., São Paulo, Saraiva, 2003), 526p.  
CRESPO, Antônio A. Estatística Fácil. Editora Saraiva. 18ª edição. 2002.  
TRIOLA, Mário F. Introdução à Estatística. LTC Editora. 9ª Edição. 2005

**Referências complementares:**

TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística, 7ªed., Rio de Janeiro, 410p.  
GOMES, F.P. Curso de estatística experimental, Piracicaba, ESALQ/USP (1981), 430p.  
COMO FAZER EXPERIMENTOS, Benício de Barros Neto, Ieda Spacino Scarminio, Roy Edward Bruns. Editora Unicamp, 2007.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Inglês Instrumental

**Código da Disciplina:** 07

**CH Total:** 40

**CH Teórica:** 36

**CH Prática:** 04

**CH Presencial:** 08

**CH EaD:** 32

**Objetivo Geral:**

Promover o desenvolvimento da compreensão de textos escritos em inglês, através da aplicação de estratégias de leitura e do estudo de estruturas de nível básico.



<b>Objetivos Específicos:</b>
Compreender conceitos básicos da língua inglesa para com termos utilizados na área da prevenção de acidentes e da segurança do trabalho.
<b>Ementa:</b>
Leitura, compreensão oral, fala e escrita na língua inglesa em nível básico em situações do desempenho de atividades da segurança do trabalho.
<b>Referências básicas:</b>
BARRACLOUGH, C et al. Activate! Longman. FOLEY, B. e H. POMANN. Survival English 1. Longman. Illustrated History of Britain. Longman. MCDOWALL, D. Lifelines. Longman.
<b>Referências complementares:</b>
Longman Elementary Dictionary Longman Advanced American Dictionary. MOLINSKY, S. E B. BLISS. Teacher's guide. Longman.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Prevenção e Controle de Riscos		<b>Código da Disciplina:</b> 08
<b>CH Total:</b> 80	<b>CH Teórica:</b> 70	<b>CH Prática:</b> 10
<b>CH Presencial:</b> 16	<b>CH EaD:</b> 64	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Permitir que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Permitir que o aluno desenvolva uma visão de gerenciamento de riscos de um sistema.		
<b>Ementa:</b>		
Conceitos fundamentais e evolução histórica dos riscos ambientais; Árvore de causas; Planos de contingência e seguros e resseguros no Brasil; Vigésima segunda norma regulamentadora; Vigésima nona norma regulamentadora; Trigésima norma regulamentadora; Trigésima primeira norma regulamentadora.		
<b>Referências básicas:</b>		
CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. B.H., Ed. Desenvolvimentos Gerenciais, 2001. DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. Introdução à engenharia de segurança de sistemas. S. P., Fundacentro, 1988. HARRINGTON, H. Gerenciamento total da melhoria contínua. S. P. Makron Books, 1997.		
<b>Referências complementares:</b>		
CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. S.P. Editora Altas. 2007. DEJOURS. C. Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetido à prova real. S. P. Ed. Blucher. 2008. MAGGI, B.; DWYER. T.; CARUSO, L. A. C. Trabalho, tecnologia e organização. S. P. Ed. Blucher. 2007.		



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Segurança do Trabalho II		<b>Código da Disciplina:</b> 09
<b>CH Total:</b> 80	<b>CH Teórica:</b> 70	<b>CH Prática:</b> 10
<b>CH Presencial:</b> 16	<b>CH EaD:</b> 64	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Capacitar o aluno para aplicação de medidas através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.		
<b>Ementa:</b>		
Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; Estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; Preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; Inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa; Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Estabelecimento de comparativo entre a NR-15 e o Anexo IV do Regulamento da Previdência Social; Procedimentos para a elaboração de perícias judiciais de insalubridade e periculosidade; Estudo das NRs- 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e 21 - Trabalho a Céu Aberto.		
<b>Referências básicas:</b>		
AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p. MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 3.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005. 338 p. SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Pagano. (Org.). Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009. 720 p.		
<b>Referências complementares:</b>		
CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA, W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. S; P. Editora SENAC. 2006. 394p. DUARTE, Edgard Filho. Programa 5 minutos diários de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente. 3. ed. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1999. KWITKO, Airton. Coletânea nº 2: audiologia forense, CAT po perda auditiva, quantificação da pair, audiometria ocupacional, PPP e ética médica, PPP e audiometria e outros tópicos. São Paulo: LTr, 2004. 160 p.		



## ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Ergonomia		<b>Código da Disciplina:</b> 10
<b>CH Total:</b> 80	<b>CH Teórica:</b> 68	<b>CH Prática:</b> 12
<b>CH Presencial:</b> 16	<b>CH EaD:</b> 64	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 17.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Definir o conceito de ergonomia, objetivos, métodos e sua aplicabilidade processo produtivo.		
<b>Ementa:</b>		
Introdução à Ergonomia: histórico, definições, objetivos e competências; Conceitos fundamentais de ergonomia para a elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho; Antropometria: definição, medidas estáticas e dinâmicas, zonas de alcance; Trabalho pesado e manuseio de cargas; Desenho Universal, com entendimento da NBR 9050; Desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho; Ergonomia na empresa: o que ocorre na prática e estudo da Norma Regulamentadora nº 17 do MTE.		
<b>Referências básicas:</b>		
DUL, Jan; WEERDMEEESTER, Bernard. Ergonomia prática. São Paulo: E. Blucher, 2004. 137 p. FIALHO, Francisco; SANTOS, Néri dos. Manual de análise ergonômica no trabalho. 2ªed. rev. e atual, Curitiba: Gênese, 1997. 316 p. IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: E. Blucher, 1990, 465 p.		
<b>Referências complementares:</b>		
ABRANTES, Antônio Francisco. Atualidades em Ergonomia – Logística, movimentação de materiais, engenharia industrial, escritórios. São Paulo: IMAM, 2004. DANIELLOU, François. A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 244 p. GRANDJEAN, Etienne. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Prevenção e Combate a Incêndios		<b>Código da Disciplina:</b> 11
<b>CH Total:</b> 80	<b>CH Teórica:</b> 68	<b>CH Prática:</b> 04
<b>CH Presencial:</b> 16	<b>CH EaD:</b> 64	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Apresentar aos alunos o Princípio da Combustão: características físicas e químicas da combustão, as causas comuns de incêndio.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Apresentar aos alunos as técnicas de prevenção e combate ao incêndio, classe de risco e métodos de extinção, material de combate ao fogo e planos de emergência.		
<b>Ementa:</b>		
Histórico, Estudo do fogo, Equipamentos utilizados no combate a incêndio, Agentes extintores, Sistemas preventivos e Condutas de emergência.		
<b>Referências básicas:</b>		
CAMILLO JR, Abel B. Manual de prevenção e combate a incêndios. Senac editora.2009 São Paulo.		



PEREIRA, Áderson G.; Popovic, Raphael R. Segurança Contra Incêndios. Editora LTR. São Paulo.2009  
REIS, Jorge Santos. Manual básico de proteção contra incêndios. São Paulo: FUNDACENTRO, 1987.

**Referências complementares:**

ABIQUIM. Manual para atendimentos de emergências. 5ª edição. Pró-química. 2006. São Paulo.  
GOMES, Ary. G. cartilha de prevenção contra incêndio. Editora Interciência.2001.  
HENNIES, Wildor; WEYNE, Gastão R. Segurança na mineração e no uso de explosivos. Fundacentro.1980.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Processos Industriais

**Código da Disciplina:** 12

**CH Total:** 40

**CH Teórica:** 36

**CH Prática:** 04

**CH Presencial:** 08

**CH EaD:** 32

**Objetivo Geral:**

Proporcionar aos alunos noções básicas dos processos de produção, equipamentos e máquinas.

**Objetivos Específicos:**

Possibilitar a avaliação dos impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.

**Ementa:**

Conceituação e importância; Processos Industriais; Ventilação; Manutenção; Corrosão; NR 12- Proteção de máquinas e equipamentos; Superfícies de trabalho e estruturas diversas; NR 11- Transporte, armazenagem e manuseio de materiais; NR 33- Espaço Confinado; Construção Civil; NR 14-Fornos; NR 13- Caldeiras e Vasos sob pressão; NR 10-Instalações e serviços em eletricidade.

**Referências básicas:**

ARAÚJO, Giovanni M. Normas Regulamentadoras Comentadas. Volumes 1 e 2, 8ª edição, 2011. Editora GVC.  
BURGESS, Willian A. Identificação de Possíveis Riscos à Saúde do Trabalhador nos diversos Processos Industriais. 2ª edição, 1997. ERGO Editora Ltda.  
CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações. 2006. Editora SENAC São Paulo.

**Referências complementares:**

MANUAL DE LEGISLAÇÃO, Segurança e Medicina do Trabalho. Editora Atlas, 2011.  
SANTOS, Milena Segurança e Saúde no Trabalho – Perguntas e Respostas 2a Ed. Editora IOB, São Paulo, 2008.  
SALIBA, Sofia C. Reis. SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Editora LTR, 2003.



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Psicologia		<b>Código da Disciplina:</b> 13
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 36	<b>CH Prática:</b> 04
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Promover reflexão e aprendizagem dos conteúdos teóricos sobre o significado do trabalho, o comportamento humano no ambiente de trabalho (motivação, satisfação, liderança, conflito, estresse, trabalho em equipe, habilidades sociais, etc.).		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Promover reflexão e aprendizagem sobre o funcionamento organizacional em termos formais (visão, missão, e objetivos organizacionais, treinamento, desenvolvimento, etc.) e informais (cultura e clima organizacionais, capital humano, ética e responsabilidade social, etc.). De maneira geral, fazer com que o aluno compreenda a importância da saúde mental/psicológica do trabalhador como influenciadora na segurança ocupacional, bem como na frequência e intensidade de adoecimento do mesmo.		
<b>Ementa:</b>		
Teorias explicativas do acidente de trabalho; Teoria da culpa e seus efeitos sobre o trabalhador; Produção da consciência culposa; Teoria das Representações Sociais; Noções sobre técnica de entrevista; Modelo de representação do acidente de trabalho.		
<b>Referências básicas:</b>		
PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. POSSAMAI, Hélio – A Representação Social do Acidente de Trabalho; dissertação de mestrado; PG em Psicologia Social, PUCRS, 1998. STREY, Marlene et alii – Psicologia Social Contemporânea; Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.		
<b>Referências complementares:</b>		
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. v. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. CARMO, Paulo Sérgio do; A Ideologia do Trabalho; São Paulo, Moderna, 1992 – (Coleção Polêmicas). CARMO, Paulo Sérgio do; O Trabalho na Economia Global; São Paulo, Moderna, 1998 – (Coleção Polêmicas).		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Legislação I		<b>Código da Disciplina:</b> 14
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 60	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Estudar de maneira sistêmica o Direito do Trabalho no que tange às relações individuais de trabalho.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Analisar direitos e deveres dos empregados e empregadores, e o estudo do Direito Previdenciário com foco no Regime Geral de Previdência Social, abordando de maneira concisa os institutos jurídicos que norteiam a disciplina.		
<b>Ementa:</b>		
Espécies normativas e sua hierarquia. Distinção entre as diversas funções regulatórias das relações sociais. Direitos fundamentais e infraconstitucionais relacionados ao trabalho.		



**Referências básicas:**

ASSIS, J. Carlos de. Trabalho como direito: fundamentos para uma política de pleno emprego. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. ISBN: 85-85910-47-X.  
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998. ISBN 8532619541.  
PEREIRA, Osny Duarte. Quem faz as leis no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

**Referências complementares:**

LASALLE, Ferdinand. O que é uma constituição? Belo Horizonte, Líder, 2004. ISBN-10: 8588466104. LIEBKNECHT, KARL. Acerca da Justiça de Classe, São Paulo-Munique-Paris: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002  
MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Em: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis, Vozes, 1997. ISBN 8532624790.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Saúde Ocupacional II **Código da Disciplina:** 15

**CH Total:** 60 **CH Teórica:** 52 **CH Prática:** 08

**CH Presencial:** 12 **CH EaD:** 48

**Objetivo Geral:**

Explorar junto aos alunos os aspectos e aplicabilidade da norma regulamentadora 15.

**Objetivos Específicos:**

Elucidar que os trabalhadores expostos a agentes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, acima dos limites de tolerância, podem desenvolver alguma patologia do trabalho relacionada à exposição sistemática.

**Ementa:**

Noções básicas de primeiros socorros; Noções básicas sobre o atendimento adequado às vítimas em um acidente; NR 32 – segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

**Referências básicas:**

MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança aplicada a laboratório e serviços de saúde. Editora Atheneu. 2ª ed. São Paulo. 2006.  
NETO, A.B.; BUONO, Elaine Arbex. Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos. Editora LTr. São Paulo. 2004.  
VIERIA, Sebastião Ivone. Medicina básica do trabalho. Gênese editora. Curitiba. 1994.

**Referências complementares:**

BORTOLOTTI, Fábio. Manual do socorrista. Porto Alegre: Expansão Editorial, 2008.  
LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.  
THIESEN, Flavia Valladão. Manual para monitorização biológica da exposição ocupacional a agentes químicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Administração		<b>Código da Disciplina:</b> 16
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 60	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Refletir sobre o papel da administração aplicada.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Analisar uma organização industrial nos seus aspectos básicos construtivos, produtivos e de relacionamento.		
<b>Ementa:</b>		
Processo administrativo; Visão histórica da Administração; Principais conceitos e técnicas aplicadas no exercício da Administração no contexto organizacional.		
<b>Referências básicas:</b>		
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Ed compacta, 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. Ed. Compacta, 1ed. São Paulo: 2006. TAVARES, José da Cunha. Tópicos de Administração Aplicada à Segurança do Trabalho. 9ª edição, São Paulo – SP, 2003. Editora SENAC.		
<b>Referências complementares:</b>		
SALIBA, Sofia C. Reis. SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de Segurança, Acidentes do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Editora LTR, 2003. CÉSPEDES, Livia; PINTO, Brasil I.; WINDT, Marcia C. V. S.; TOLEDO, Antônio L. CLT Saraiva Acadêmica. Constituição Federal e Legislação Complementar. Editora Saraiva, 2011. KWASNICKA, Eunice L. Introdução à Administração. 6ª edição, 2006. Editora Atlas.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Primeiros Socorros		<b>Código da Disciplina:</b> 17
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 50	<b>CH Prática:</b> 10
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Preparar o aluno para o atendimento de urgência à vítima de mal súbito ou lesão, seja no ambiente laboral ou não.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Abordar práticas de fácil manobra e realização para serem utilizadas em situação de emergência tanto para conhecimento quanto para serem ensinadas.		
<b>Ementa:</b>		
Introdução aos primeiros socorros; Queimaduras; Hemorragias, ferimentos e contusões; Fraturas, Luxações e Entorses; Desmaios; Corpos estranhos; Intoxicação; Acidentes com animais raivosos e peçonhentos; Ressuscitação cardiopulmonar; Mobilização e transporte de acidentados; Angina e Infartos; Acidentes com múltiplas vítimas.		
<b>Referências básicas:</b>		
BERGERON, J.D. et al. Primeiros socorros. São Paulo: Atheneu, 2008. BRASIL. Protocolo de suporte básico de vida. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. BRASIL, Ministério da saúde. Manual de primeiros socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo		



Cruz, 2003.

**Referências complementares:**

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Manual de Primeiros socorros do Engenheiro e do Arquiteto. São Paulo: Blucher, 2009.  
DEBATIN, Roseane. Primeiros Socorros - Técnicas Convencionais e Alternativas Integradas. São Paulo: Sohaku-in, 2003.  
FLEGEL, Melinda J. Primeiros Socorros no Esporte. São Paulo: Manole, 2012.  
GONÇALVES, Keyla Maria; GONÇALVES, Kênia Maria. Primeiros socorros em casa e na escola. São Paulo: Yendis, 2009.  
HAFEN, Brent Q.; KARREN, Frandsen. Primeiros Socorros para estudantes. São Paulo: Manole, 2002.

**ANEXO III – EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE**

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Higiene Ocupacional I		<b>Código da Disciplina:</b> 18
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 52	<b>CH Prática:</b> 08
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Propiciar a formação na construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.		
<b>Ementa:</b>		
Anexos da décima quinta norma regulamentadora; Agentes químicos; Agentes físicos; Agentes biológicos; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.		
<b>Referências básicas:</b>		
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados, B.H. LTr, 2007, 112p. SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores. B.H. 2009.		
<b>Referências complementares:</b>		
ARAÚJO, G. M. Fundamentos para realização de perícias trabalhistas, acidentárias e ambientais: aspectos técnicos e legais. Editora GVC. 2008. 540p. BREGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI. R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. S. P., Editora SENAC. 2006. 422p. MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS: Segurança e Medicina do Trabalho. 64ª Ed. Editora Atlas S/A, São Paulo, 2009. 803 p.		



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Legislação II		<b>Código da Disciplina:</b> 19
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 52	<b>CH Prática:</b> 08
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Estudar de maneira sistêmica o Direito do Trabalho, abordando de forma minuciosa os direitos e deveres de empregadores e colaboradores.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Analisar direitos e deveres dos empregados e empregadores, e o estudo do Direito Previdenciário com foco no Regime Geral de Previdência Social, abordando de maneira concisa os institutos jurídicos que norteiam a disciplina.		
<b>Ementa:</b>		
Conceitos de Previdência Social e Seguridade Social; A Seguridade Social na Constituição brasileira; Os diversos regimes previdenciários (geral, estatutário, complementar); Benefícios em espécie e critérios de acesso.		
<b>Referências básicas:</b>		
ESPING-ANDERSEN, G.: O futuro do welfarestate na nova ordem mundial. Lua Nova (Revista de Cultura e Política), nº 35, 1995. MAGALHÃES, H. J. Evolução Histórico-Legislativa da Previdência Social (1960-2008) - Benefícios. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), 2011. TEIXEIRA, A. O Conceito de Seguridade Social na Constituição de 1988. Em: MORAES, Marcelo Viana Estevão de. A Previdência Social e a Revisão Constitucional. Brasília, CEPAL/MPS,		
<b>Referências complementares:</b>		
CARDOSO JUNIOR, J. C. P.; MAGALHÃES, H. J. Trabalho, Previdência e Proteção social no Brasil: Bases para um Plano de Benefícios Adequado à Realidade Nacional. In: Fagnani, E; Henrique, W. Lucio, CG. (Org.). Previdência Social: como incluir os excluídos? Uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. São Paulo: LTr; Cesit; Unicamp, 2008. FORTES, S.B. Previdência Social no Estado Democrático de Direito. São Paulo, LTr, 2005. TEIXEIRA, A. Do seguro à seguridade — a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro; Texto para Discussão no 249, IEI/UFRJ, 1990.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Higiene Ocupacional II		<b>Código da Disciplina:</b> 20
<b>CH Total:</b> 60	<b>CH Teórica:</b> 52	<b>CH Prática:</b> 08
<b>CH Presencial:</b> 12	<b>CH EaD:</b> 48	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise das condições de higiene do ambiente de trabalho, que interfere diretamente nas condições de higiene do trabalhador.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Analisar condições estruturais e práticas cotidianas que visam melhorar as condições de higiene em determinado ambiente laboral.		
<b>Ementa:</b>		
Anexos da décima quinta norma regulamentadora: NR-15; Décima sexta norma regulamentadora: NR-16; Vigésima norma regulamentadora: NR-20; Agentes físicos; Parâmetro		



de medição; Critérios de avaliação; Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.

**Referências básicas:**

SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. B. H. 2008, 449p.  
SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de ruído. B. H. LTr, 2008, 136p.  
SALIBA, T. M. Manual prático de avaliação e controle de calor. B.H. LTr. 2004, 80p.

**Referências complementares:**

ARAÚJO, G. M. Fundamentos para realização de perícias trabalhistas, acidentárias e ambientais: aspectos técnicos e legais. Editora GVC. 2008.  
BREGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI. R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. S. P., Editora SENAC. 2006.  
CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA. W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. S; P. Editora SENAC. 2006.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Desenho

**Código da Disciplina:** 21

**CH Total:** 60

**CH Teórica:** 48

**CH Prática:** 12

**CH Presencial:** 12

**CH EaD:** 48

**Objetivo Geral:**

Instrumentar o discente para leitura, interpretação e execução do desenho técnico.

**Objetivos Específicos:**

Instruir o discente quanto ao uso de tecnologias para leitura, interpretação e execução do desenho técnico.

**Ementa:**

Apresentação e uso do instrumental de desenho; Graficação arquitetônica: traçados, letras e números; Formato e dimensões do papel; Escalas; Dimensionamento; Contagem, Elaboração de croquis e interpretação de projetos arquitetônicos.

**Referências básicas:**

FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 7ª ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2002. 1093p.  
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos e faculdades de arquitetura. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. 167 p.  
OBERG, L. Desenho arquitetônico. 22ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976. 154 p.

**Referências complementares:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – 6492 – Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – NBR 8196 – Desenho técnico – Emprego de escalas. Rio de Janeiro, 1999.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT – 10068 – Folhas de desenho – Leiaute e dimensões. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.



PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Ética e Cidadania		<b>Código da Disciplina:</b> 22
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 40	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
Objetivo Geral:		
Propiciar ao aluno compreender, interpretar e discutir os acontecimentos sociais, políticos e culturais à luz da ética e da cidadania no contexto contemporâneo do mundo ocidental.		
Objetivos Específicos:		
Definir Ética, moral e condição humana; Reconhecer cidadania no mundo do trabalho; Analisar as relações étnico-raciais; O reconhecer a ética como um conjunto de princípios, valores e motivações do ser humano, pessoais e sociais, que servem de orientação para a vida em sociedade.		
Ementa:		
Ética e moral. Fundamentos de ética. A ética no pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do autointeresse. O mundo do trabalho, o empresário, o empregado e a sociedade. A ética empresarial e a profissional, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		
Referências básicas:		
BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. COSTA, Jurandir Freire. A ética e o espelho da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. NOVAES, A. (org.). Ética. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.		
Referências complementares:		
FAGUNDES, Márcia Botelho. Aprendendo valores éticos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. GUARESCHI, Pedrinho & BIZ, Osvaldo. Mídia e Democracia. Porto Alegre: PG/OB, 2005. KORTE, Gustavo. Iniciação à ética. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.		

PLANO DE DISCIPLINA		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Prevenção e Controle de Perdas		<b>Código da Disciplina:</b> 23
<b>CH Total:</b> 40	<b>CH Teórica:</b> 40	<b>CH Prática:</b> 0
<b>CH Presencial:</b> 08	<b>CH EaD:</b> 32	
Objetivo Geral:		
Propiciar ao aluno conhecimento para desenvolver uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas.		
Objetivos Específicos:		
Propiciar ao aluno conhecimento para desenvolver um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo.		
Ementa:		
Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar referente a Sinistro e Pânico; O fogo e o incêndio; A combustão e seus elementos; Métodos de transmissão de calor; Classificação dos incêndios e dos agentes extintores; Sistemas extintores de sinistros – fixos e móveis e seus tipos; Sistemas de detecção e alarme de sinistros; Equipamentos de proteção individual para combate a sinistros; Proteções estruturais contra sinistros; NR – 23 (Proteção contra Incêndio) e NR - 26 e Sinalização de segurança.		



**Referências básicas:**

AMORIM, Walter Vasconcelos de. Curso de Prevenção e Combate a Incêndio. São Paulo: LTr, 2000.  
AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão de. Tecnologia de Prevenção e Combate aos Sinistros. Recife: CEFET/PE, 1992.  
CAMILO JÚNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate à Incêndios. São Paulo: SENAC São Paulo. 2010.

**Referências complementares:**

GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde do Trabalho. São Paulo: LTr, 2000.  
PEREIRA, A.G.; POPOVIC, R.R. Tecnologia em Segurança contra Incêndios. São Paulo: LTR, 2007.  
SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional. São Paulo: LTr, 2008.  
Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos. São Paulo: LTr, 2011.  
VILLAR, A.M. Prevenção a Incêndios e Explosões. João Pessoa: Editora UFPB, 2001.

**PLANO DE DISCIPLINA**

**Curso:** TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

**Disciplina:** Prevenção e Combate à Sinistro **Código da Disciplina:** 24

**CH Total:** 80 **CH Teórica:** 70 **CH Prática:** 10

**CH Presencial:** 16 **CH EaD:** 64

**Objetivo Geral:**

Apresentar um enfoque técnico e moderno do prevenicionismo ao profissional da área de segurança.

**Objetivos Específicos:**

Associar os objetivos da disciplina com o conceito prevencionista de acidente de trabalho.

**Ementa:**

Evolução do prevenicionismo; Custo direto / custo indireto; Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; Sistema convencional de análise de acidentes; Árvore de causas; Avaliação das perdas num processo; Segurança patrimonial; Inspeção de segurança; Permissão de trabalho; Análise de segurança de trabalho; Procedimento de trabalho; Observação planejada de trabalho; Técnicas de análise de riscos; Confiabilidade de sistemas.

**Referências básicas:**

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2010.  
SANTOS, Carlos Eduardo. Prevenção de Perdas e Gestão de Riscos. São Paulo: Sicurezza, 2012.  
TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em acidentes do Trabalho. São Paulo: SENAC, 2010.

**Referências complementares:**

ARAÚJO, Giovanni Moraes. Sistema de Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes. Rio de Janeiro: GVC, 2010. v 1.  
CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: Indg Tecnologia e Serviços Ltda, 2014.  
DE CICCIO, Francesco; FANTAZZINI, Mario Luiz. Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos. São Paulo: Risk Tecnologia, 2003.  
ROXO, Manuel. Segurança e Saúde do Trabalho: Avaliação e Controle de Riscos. São Paulo: Almedina, 2009.  
VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. Livro de Bolso do Técnico de Segurança do Trabalho. São Paulo: Ed. Ltr, 2013.



<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>		
<b>Curso:</b> TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina:</b> Meio Ambiente		<b>Código da Disciplina:</b> 25
<b>CH Total:</b> 80	<b>CH Teórica:</b> 70	<b>CH Prática:</b> 10
<b>CH Presencial:</b> 16	<b>CH EaD:</b> 64	
<b>Objetivo Geral:</b>		
Apresentar informações básicas sobre qualidade ambiental, para que o profissional técnico possa participar ativamente como agente multiplicador e com isso discernir e identificar ações de degradação ambiental que interfiram na qualidade de vida.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
Apresentar informações básicas para as ações e instrumentos de proteção e preservação ambiental, colaborando na tomada de decisões referente à segurança do trabalhador e ao desenvolvimento sustentável.		
<b>Ementa:</b>		
Fontes de Impacto Ambiental. Desenvolvimento Sustentado. Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos. Produção Mais Limpa. Fundamentação legal para a exigência do licenciamento ambiental. Características dos tipos de licenças emitidas. Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal.		
<b>Referências básicas:</b>		
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. 2º Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 318p. 2005. GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. Ecologia Industrial. São Paulo. Edgard Blucher. 2006. SANTOS, L. M.M. Avaliação ambiental de processos industriais. 2º edição. Editora Signus. 140p. 2006.		
<b>Referências complementares:</b>		
BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31/08/81). Resoluções. CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005. Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97. TENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. Licenciamento Ambiental. Editora Impetus. 304p. 2008.		